

GERENCIAMENTO COSTEIRO E MARINHO NO BRASIL

Ademilson Zamboni



Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos

■ Objetivos

Propor políticas e normas, definir estratégias, implementar programas e projetos, nos temas relacionados com:

I- a política ambiental urbana;

II- as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais;

III- os resíduos danosos à saúde e ao meio ambiente;

IV- a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento;

V- o monitoramento da qualidade do meio ambiente; ordenamento territorial;

VII- a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.



■ Programa de Gerenciamento Ambiental Territorial - PGT



■ Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos GERCOM

A gestão da zona costeira

Objetivo

Planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na Zona Costeira, garantindo a utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e dos ecossistemas.

Marcos importantes para gerenciamento costeiro no Brasil

1988 - Lei Nº 7.661, instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

1997 – Elaboração do PNGC II.

1997 – Elaboração do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira – PAF no âmbito do GI-GERCO

2004 – Publicação do Decreto 5.300 que regulamentou a lei 7.661

2005 – Revisão do Plano de Ação Federal – PAF

Área de abrangência

Faixa Terrestre: 395 Municípios em 17 Estados
(388.000 km²)

Mar territorial: 12 milhas náuticas

Limite da Zona Exclusiva Econômica: 200 milhas náuticas

População: 39, 3 milhões de habitantes



Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC

Supervisão:

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM

Coordenação:

MMA / SQA / PGT / GERCOM

Articulação e apoio no âmbito federal:

Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro GI-GERCO

Articulação e apoio no âmbito estadual:

Colegiados Costeiros

Execução:

MMA e GERCOs Estaduais

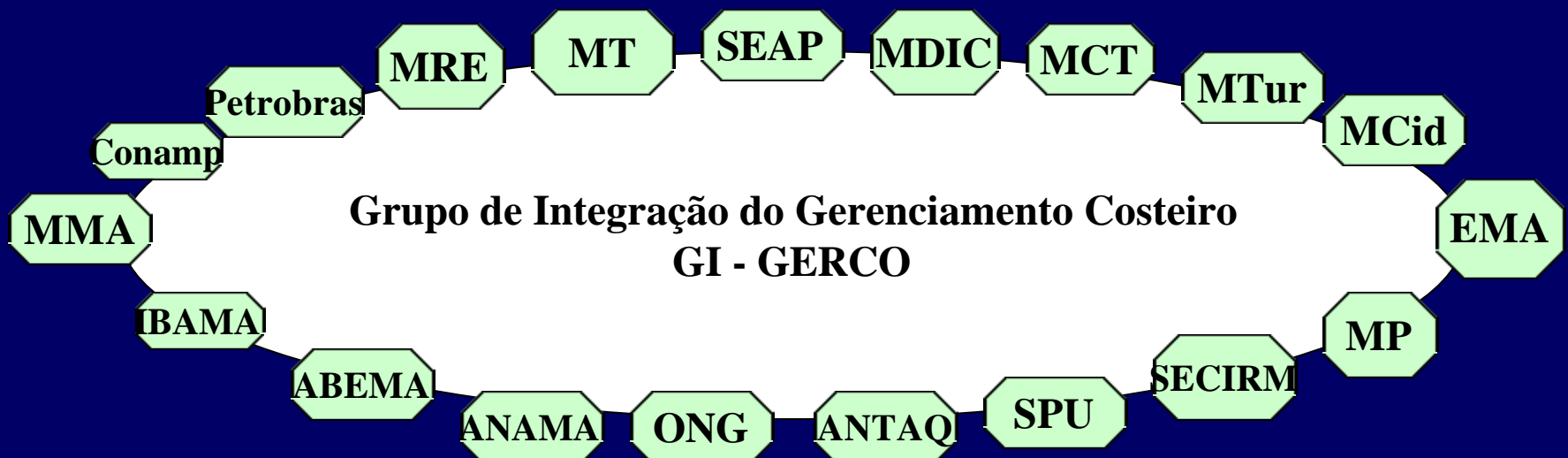
Articulação política e institucional na Esfera Federal para a condução do PNGC

Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO

Objetivo:

Criado no âmbito do PNGCII para promover a articulação das ações federais incidentes na Zona Costeira, a partir da aprovação de planos de ação federal.

Composição:

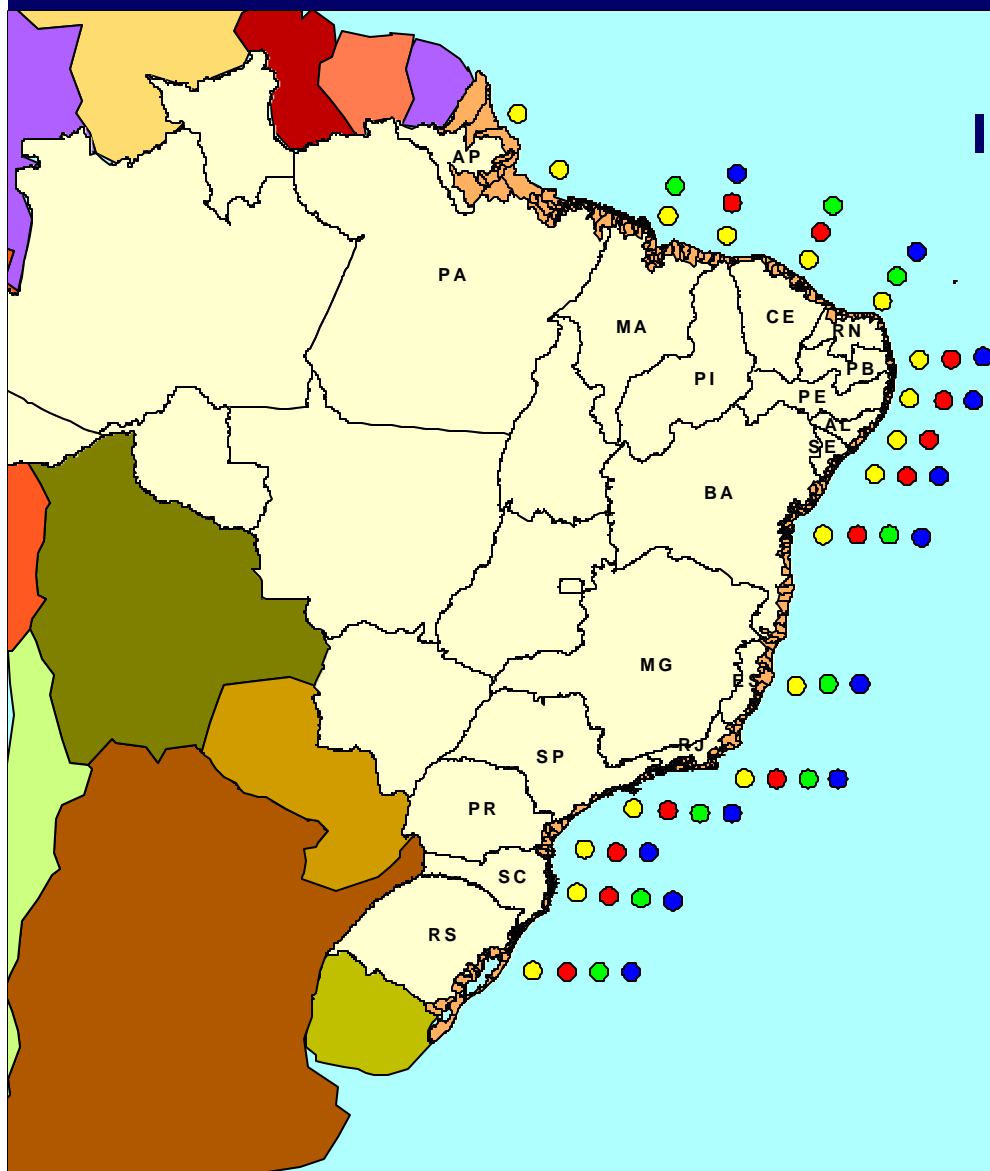


Os instrumentos de gestão costeira

- **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC**
- **Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC**
- **Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC**
- **Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro – SIGERCOM**
- **Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira – SMA-ZC**
- **Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA-ZC**
- **Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC**
- **Plano de Ação Federal da Zona Costeira – PAF**
- **Macrodiagnóstico da Zona Costeira**

APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO

INSTRUMENTOS / RESULTADOS



- ZONEAMENTOS/DIAGNÓSTICOS
- GESTÃO e MONITORAMENTO
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES
- PROJETO ORLA

Ações da SQA na gestão costeira

Projeto ORLA

Ação conduzida pelo MMA e MP/SPU visando implementar Uma política nacional que harmonize e articule as práticas Patrimoniais e ambientais com o planejamento de uso e Ocupação da Orla marítima.

Resultados

- 58 Planos de Gestão da Orla - 27 municípios conveniados com a SPU
- Capacitação de 510 gestores da sociedade civil organizada, entidades federais e estaduais;
- Fomento a 8 (oito) projetos locais / regionais para a implementação de ações no âmbito da Agenda 21, por intermédio do FNMA;
- Compatibilização com o Programa de Regularização Fundiária;
- Ação conjunta com Ministério das Cidades para apoiar a elaboração e revisão de Planos Diretores de municípios inseridos no Projeto Orla;



Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva - **REVIZEE**

Características:

O REVIZEE é fruto do refinamento da meta principal definida no IV Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), em função de demandas originadas da ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e do Capítulo 17 da “Agenda 21” (Proteção dos Oceanos).

Objetivo:

Levantamento dos potenciais sustentáveis de captura dos recursos vivos na nossa Zona Econômica Exclusiva - ZEE.

Resultados obtidos:

O REVIZEE é o **mais completo levantamento dos recursos pesqueiros brasileiros.**

Publicação e distribuição de **18 livros** com os resultados técnico-científicos do REVIZEE.

Metas:

Publicação dos demais resultados regionais e do Sumário Executivo (Relatório Final), com a sistematização dos resultados do Projeto, com previsão para o março de 2006.



Mapeamento de Sensibilidade Ambiental para Derramamentos de Óleo na Zona Costeira e Marinha - Cartas SAO



Características

- Subsidio ao Plano Nacional de Contingência (PNC), como resposta a eventuais incidentes de poluição por óleo;
- Auxilio ao Planejamento Ambiental da zona costeira e marinha;
- Reforço aos instrumentos políticos e administrativos de ordenamento territorial



Resultados

- Atlas das Bacias Marítimas Ceará – Potiguar – **Publicada em dezembro de 2004**
- Atlas das Bacias Marítimas de Sergipe-Alagoas e Pernambuco-Paraíba – **em fase final de elaboração;**
- Atlas da Bacia Marítima de Santos – **previsão de conclusão – 2º semestre 2006;**
- Atlas das Bacias Marítimas do Sul da Bahia – **estágio inicial**



Agenda Ambiental Portuária

■ Objetivo;

Capacitar o setor portuário para a gestão ambiental, o fortalecimento do controle ambiental das atividades portuárias e de transporte marítimo, bem como a implantação dos Acordos Internacionais correlatos ratificados pelo Brasil.

■ Resultados;

Elaboração do marco teórico das Agendas Ambientais Portuárias Locais;

Curso “Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil”

■ Perspectivas;

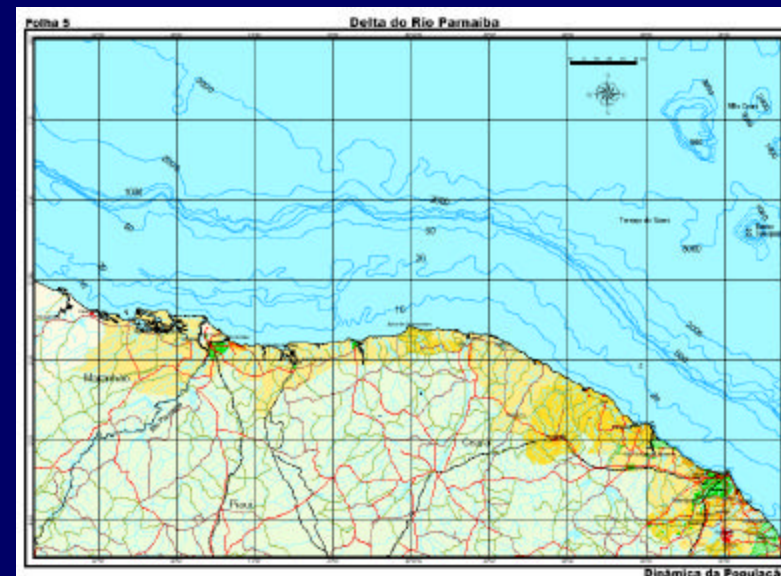
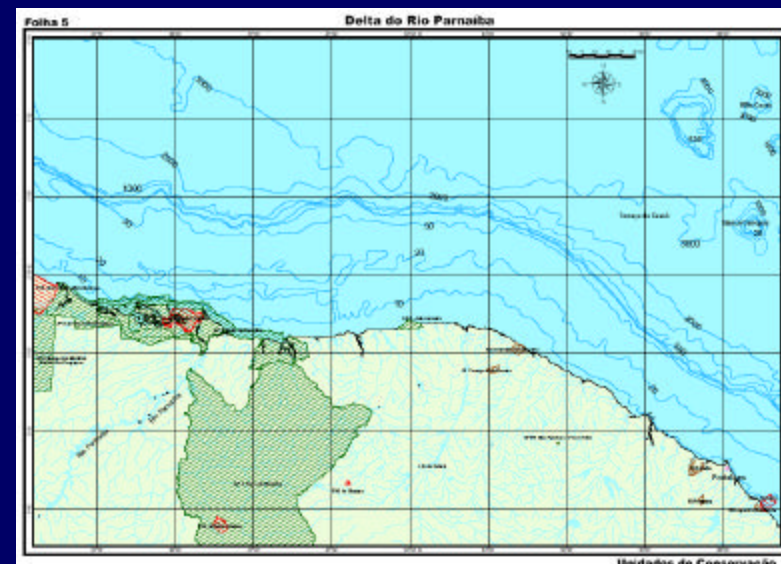
Oferecimento do curso “Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil” para os principais portos brasileiros, ao longo de 2006;

Ampliação das Agendas Ambientais Locais.



Macrodiagnóstico da Zona Costeira

- Sistematização de Informações sobre as características físico-naturais, e socioeconômicas da Zona Costeira;
- Ferramenta para orientação das ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais;
- Possui interface de geoprocessamento integrada ao banco de dados e integração com o Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCOM



Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho - SIGERCOM

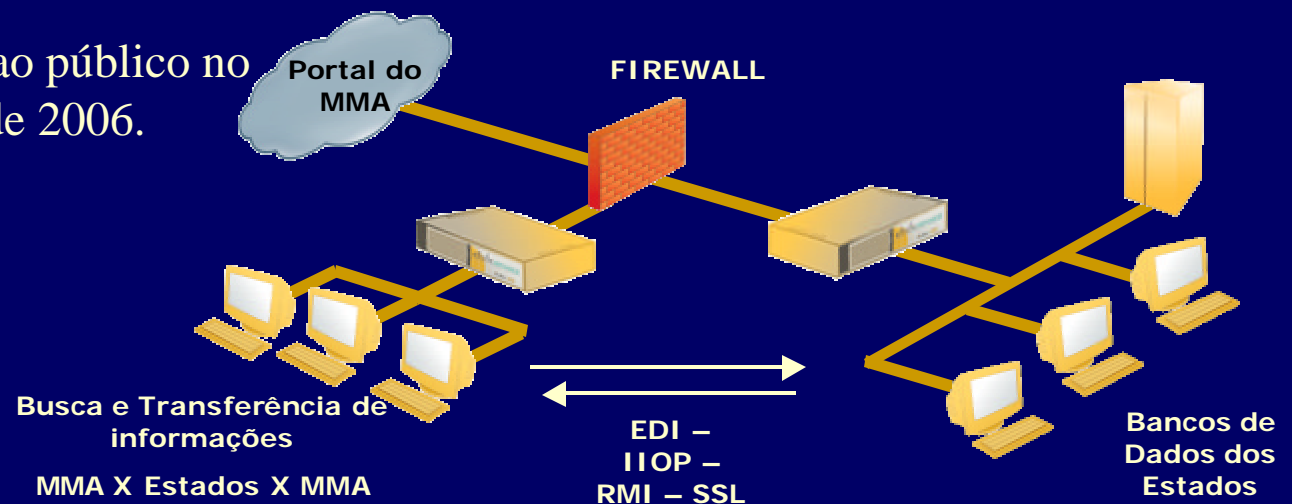
Características;

- Base descentralizada, com acesso via *Web*;
- Integrado ao Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente – SINIMA
- Adaptação Multiplataforma

Resultados;

-Análise de Protótipo em outubro de 2005.

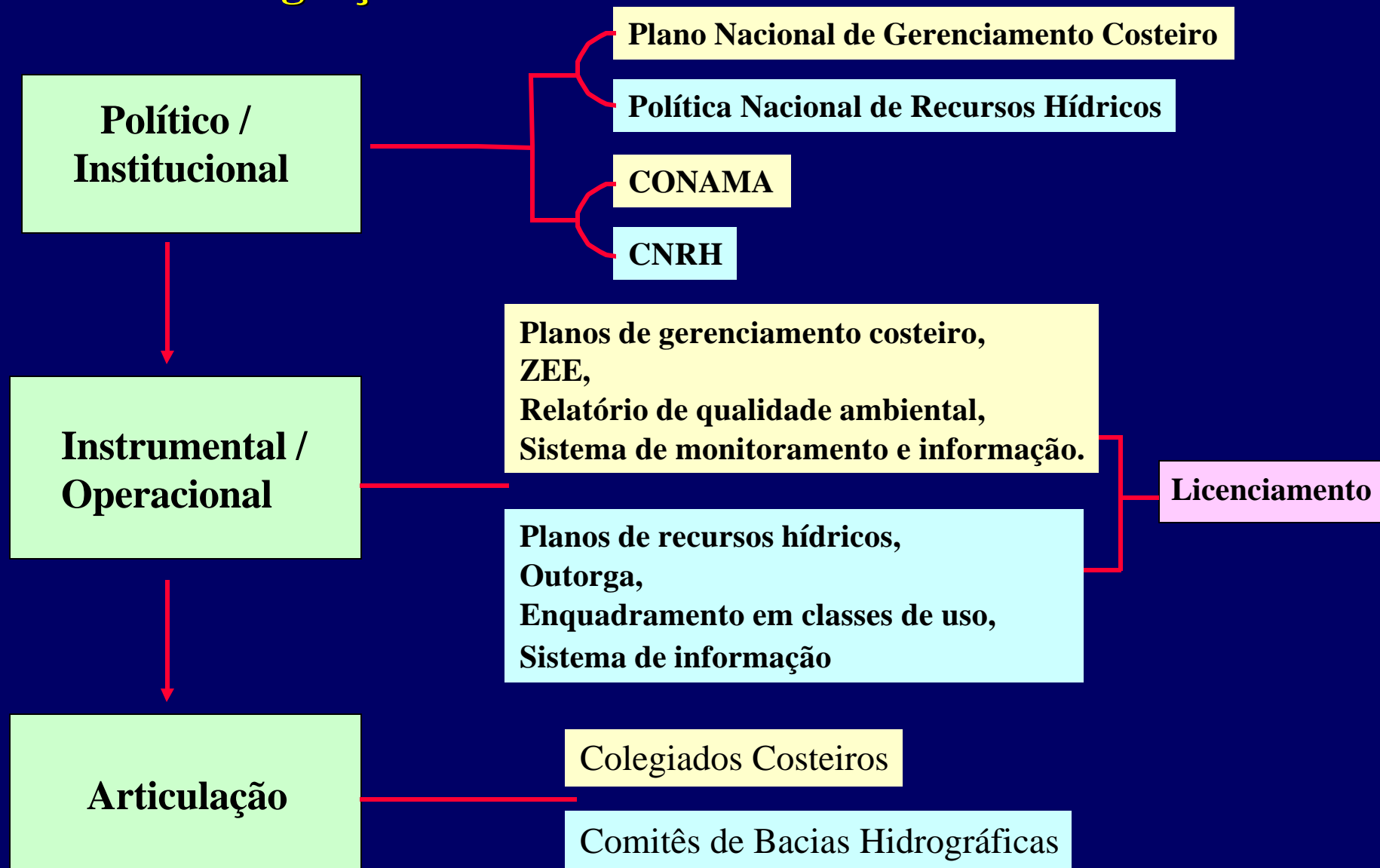
- Disponibilização ao público no primeiro semestre de 2006.



As bases legais para a convergência das políticas de Zona Costeira e Recursos Hídricos

- Lei 7.661/88 – O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens; I – recursos naturais, renováveis e não renováveis, recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas oceânicas, sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias, (...) .
- Decreto 5.300/04 – Art. 5º: São princípios fundamentais da gestão da zona costeira aqueles estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, na Política para os Recursos do Mar e na Política Nacional de Recursos Hídricos.

Planos de Integração



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos

Ademilson Zamboni

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar

Cep. 70068-900, Brasília, DF

Tel (61) 4009 – 1158

Fax (61) 4009 – 1759/1760

E-mail: ademilson.zamboni@mma.gov.br